



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA
UM DESAFIO**

MARIA LETÍCIA PEREIRA

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA
UM DESAFIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Prof^a. Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA
UM DESAFIO**

MARIA LETÍCIA PEREIRA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em 28 de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva

(Orientadora)

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2011

Dedico este estudo a todos os pais, alunos, professores e principalmente aos gestores que buscam inovar suas práticas pedagógicas e que incessantemente coloca em primeiro lugar uma Educação de qualidade e voltada para o bem comum e social, em especial a Escola onde atuo.

Às minhas amigas Ilma, Lilimar e Andréa que sempre me acompanharam rumo à finalização de mais esta meta e por nossos momentos de estudo e de grande enriquecimento.

Agradeço a Deus todo poderoso que me deu o dom da vida e sabedoria para estar aqui expressando um pouco de meu aprendizado.

A todos que lutam por uma Educação de qualidade.

À minha querida orientadora, Marly Olivia Ribeiro e Silva, que nos acompanhou e estimulou e com seu jeitinho meigo e com palavras carinhosas e de grande enriquecimento não deixava de nos chamar à responsabilidade em nossos estudos e também não medindo esforços para que pudesse estar aqui finalizando este trabalho.

À minha filha Bárbara por compreender as minhas eventuais ausências.

Ao meu pai, tio, irmãos e sobrinhos pelo incentivo.

À minha querida mãe que do alto sempre torce por mim. Família é tudo. Amo vocês.

Obrigada.

“No Governo Democrático, ninguém transfere a outros o próprio direito natural de modo tão definitivo, que depois volte a ser mais consultado...”

SPINOZA

RESUMO

Procura-se, nesta análise, estabelecer uma reflexão acerca do processo de construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola da rede pública municipal de Nova Serrana/MG e os desafios da gestão democrática e participativa. Sabe-se que toda Escola precisa planejar e organizar a sua prática pedagógica e situar-se politicamente, no sentido de favorecer a construção da gestão democrática com a participação da comunidade escolar. Esta forma de gestão propicia a melhoria da qualidade da educação e favorece não só as atividades administrativas, mas também as pedagógicas, influenciando positivamente na aprendizagem, no trabalho do gestor e conseqüentemente, na melhoria da instituição, que tem como função primordial a formação humana. Uma formação que leva o cidadão a participar de forma consciente da vida em sociedade, a perceber o significado real de educação e valorizar a participação de toda comunidade escolar na aplicação dos recursos, nas melhorias referentes à aprendizagem, nas decisões enfim, nos rumos da escola. Esta análise é fundamentada, sobretudo, nas ideias de pesquisadores que acreditam que conceitos como democratização, descentralização, qualidade e participação devem ser debatidos no interior das escolas. Mas a pesquisa mostra também que essa gestão democrática e participativa, configura-se ainda como um grande desafio. O principal deles consiste em conscientizar a comunidade da importância da sua participação na busca de soluções para os problemas relativos à vida escolar e de seu papel como agentes de construção e reconstrução de seu próprio conhecimento e de sua autonomia.

Palavras chave: gestão democrática, participativa, comunidade, desafio, interação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1.0 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA.....	10
2.0 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA UM DESAFIO.....	12
2.1 O pensar e o fazer no âmbito da gestão democrática.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
ANEXO.....	25

INTRODUÇÃO

Este estudo busca questionar a respeito da gestão democrática e participativa, como se dá esse processo no espaço escolar e como os pais, professores, alunos e comunidade escolar em geral percebem essa participação. Refere-se aqui aos desafios da gestão e ao comprometimento do gestor com uma educação emancipatória. Evidencia-se também a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos – Nova Serrana/MG como instrumento de democratização do espaço escolar, elaborado coletivamente pela comunidade, mas, diante de novos olhares críticos e reflexivos, passível a mudanças.

Pode-se afirmar que a construção coletiva de um projeto é de fundamental importância no processo de gestão e que seu representante, o gestor, deve se articular com todos, diante de seus compromissos e com responsabilidade prestar contas de seus atos, o que exige do mesmo uma postura ética e principalmente uma adequada qualificação. Ele precisa entender dos assuntos administrativos e pedagógicos, ajudar a promover uma sociedade transformadora para a cidadania e, por conseguinte, a sua atuação e comprometimento no cenário de qualidade da educação.

Por isso, desenvolver a gestão democrática e participativa na escola representa hoje um grande desafio. É preciso buscar algumas mudanças neste âmbito, mudanças de paradigmas e de conceitos, principalmente nas concepções que a própria comunidade escolar tem de gestão. É necessário conscientizá-la de suas responsabilidades e principalmente de sua participação nas ações da escola para formar cidadãos críticos e comprometidos com a mudança e com o valor do trabalho que cada um desempenha no ambiente escolar, mas respeitando as diversidades.

Para dar fundamentação à análise, conta-se com autores como Ferreira (1975), Saviani (1983), Luck (2006), Veiga (1997) e Luckesi (2007), um dos grandes estudiosos da educação que acredita que “exercitar a gestão democrática na escola é uma forma de ensinar e aprender”. De acordo com esses autores e também com os estudos realizados nas salas ambientes do Curso Formação de Gestores da Educação Básica FAE/UFMG, é possível realizar a complexa tarefa educativa com

qualidade e democracia, de acordo os objetivos e com a função que a escola tem a cumprir, que é assegurar a permanência do aluno com aprendizagens significativas, com práticas de cidadania, participação e desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Não se espera aqui que a escola ofereça soluções pedagógicas, mas que mostre sua participação no sentido de contribuir de forma imprescindível para a formação do sujeito, que ofereça um ambiente acolhedor para que ele possa exercer plenamente seu papel como sujeito político, comprometido com a democratização e com a melhoria da educação, que é o maior de todos os objetivos expostos neste estudo.

E para atingi-lo, é preciso que o gestor esteja atento aos acontecimentos da comunidade na qual sua escola está inserida e valorize a participação dos pais, alunos, professores e demais membros representantes na elaboração de projetos e nas tomadas de decisão. É importante essa participação na busca pela educação de qualidade para que possa modificar o paradigma de que o gestor ainda detém o poder dentro da escola e assume sozinho, as responsabilidades perante a sociedade.

Enfim, democracia é desenvolver a capacidade de exercer verdadeiramente a cidadania e Nova Serrana, cidade pólo calçadista e com grande rotatividade de pessoas oriundas de várias partes do Brasil, neste momento, requer uma escola democrática, participativa, com expectativas e anseios levando sempre em conta os interesses e necessidades dos seus cidadãos.

1.0 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Para falar em Projeto Político Pedagógico, faz-se necessário, primeiramente, buscar o seu conceito. No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa “lançar para diante”. Significa também “plano, intento ou desígnio; empresa, empreendimento”. Pode representar também uma “redação provisória de lei ou um plano geral de edificação” (Ferreira 1988).

Entende-se então, que para construir o Projeto Político Pedagógico de uma escola, deve-se “edificar as ideias”, ou seja, planejar o que tem intenção de fazer e de realizar, definir as estratégias, organizar as ações, estabelecer novos paradigmas de gestão, enfim. E assim, melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor. Essa definição se expressa também nas palavras de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579)

É um projeto político, uma vez que supõe rupturas com o presente e porque está diretamente relacionado aos compromissos sóciopolíticos, aos interesses reais e coletivos da população, à formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Mas essa “dimensão política se cumpre, na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani 1983, p. 93).

Projeto Político Pedagógico representa então, um processo de produção coletiva, um conjunto de atividades que geram um documento que não se encontra pronto e acabado, mas em constante transformação. Deve ser construído, vivenciado e reconstruído pela comunidade escolar e por todos os envolvidos com a escola, sejam alunos, pais, professores, gestores e demais sujeitos envolvidos com o

processo ensino aprendizagem. Representa enfim, uma oportunidade na busca pela escola de qualidade.

Diante do exposto, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, Nova Serrana/MG, oferta um modelo de educação que contribui para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, através da reflexão, um processo contínuo de aprendizado que envolve todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração de projetos, de modo especial, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, elemento norteador desta análise crítica. Pode-se afirmar que este documento nasce da realidade e se solidifica nas assembléias com a comunidade em seu entorno e com os profissionais da educação.

O Projeto Político Pedagógico, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o Projeto Político Pedagógico deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010)

Por ser um processo contínuo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação, o Projeto Político Pedagógico busca realizar as ações propostas por esta comunidade educativa, contemplando ainda projetos em todas as áreas pedagógicas possibilitando de fato a melhoria da qualidade do ensino que oferece e que reflete sempre na aprendizagem dos seus alunos. Ressalta-se aqui também que esse compromisso sóciopolítico é pautado pelo questionamento da própria ação presente no cotidiano desta escola pública, instituição que acredita no ser humano como ser em constante transformação e que por isso precisa participar das decisões, ajudando a definir os rumos da escola.

2.0 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA UM DESAFIO

Diante de várias transformações da sociedade nesta virada de século, é preciso rever as teorias e práticas vivenciadas pela educação, que antes era destinada apenas a uma pequena parcela da sociedade para atingir nos dias de hoje a universalização. A educação vem se desenvolvendo e trazendo conquistas tanto no campo das metodologias como no campo das ciências e com isso um novo modelo de gestão, com uma nova visão, que passa do nível individual para dar maior importância ao nível social, favorecendo a cooperação e a cidadania. Para Luck (2006, p. 99), “a gestão não deprecia a administração, mas supera as suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, para atender as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica”.

Sabe-se, que em um passado remoto as decisões eram centralizadas e quem detinha o poder na escola era o diretor que pouco ou nada partilhava com a comunidade. Com o avanço da modernidade, especialmente no que se refere a educação, algumas mudanças são vislumbradas através de sua história, surgem também novos meios para a melhoria da gestão escolar. A instituição passa a ser organizada com a participação coletiva e envolvimento dos vários segmentos que a compõem, como professores, pais, alunos, especialistas e demais representantes.

Evidencia-se assim a gestão democrática, cujo foco encontra-se principalmente na participação efetiva do aluno e da família nos destinos da escola e é caracterizada principalmente na eleição dos gestores que agem hoje com mais autonomia de acordo com os interesses de sua comunidade e com as leis que lhes compete. Tais definições encontram respaldo na LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96.

Esta gestão busca a apropriação coletiva pelos pais, professores, funcionários e alunos, que possuem liberdade nas tomadas de decisão no processo educacional, para melhorar a qualidade do Ensino. A gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. (BRASIL, 1996)

A eleição do diretor escolar configura-se como uma importante conquista democrática uma vez que possibilita o envolvimento da comunidade no processo decisório sobre a organização e o funcionamento da escola. Porém, é preciso levar em consideração que esse processo não pode ser visto como “campanha política” como troca de favores ou manipulação. O diretor deve ser um representante da comunidade dentro da escola propiciando uma prática verdadeira de democracia.

É preciso entender a ideia de gestão democrática e participativa como um processo político, que busca o diálogo e a participação efetiva da comunidade escolar, onde se estabelece o princípio básico da educação que é formar o cidadão. Mas para acontecer essa gestão, é preciso que toda comunidade se proponham a isso, ou seja, o diretor escolar pode representar estímulo ou entrave no processo educacional, mas o êxito da experiência depende, exclusivamente, do trabalho em grupo.

Portanto, o papel do gestor numa sociedade que busca a democratização, a descentralização e a transformação da educação é uma missão de verdadeiro líder diante das conquistas e dos desafios. Ele precisa conciliar o burocrático e o pedagógico, buscar a participação dos pais e da comunidade, formar nos professores e demais funcionários o espírito de formação continuada, trabalhar as relações interpessoais e ainda gerir os recursos destinados à escola de forma a garantir uma educação de qualidade.

O gestor democrático e participativo possui responsabilidades e algumas características como a predisposição para o trabalho coletivo, ser articulador, ter iniciativa e firmeza de propósitos para realização de ações, conhecer os assuntos técnicos, pedagógicos, administrativos, financeiros e legislativos, ter espírito ético e solidário, conhecer a realidade da escola, defender a educação, ter liderança democrática e capacidade de mediação, ser capaz de avaliar-se e promover a avaliação do grupo, ser transparente e coerente nas ações, ser íntegro, ter presença, entusiasmo, iniciativa, encontrar caminhos para atender melhor a comunidade escolar e fazer com que sua opinião seja valorizada nas decisões e nos rumos da escola.

Deste modo, ser gestor é também enfrentar desafios e um deles é manter a participação da comunidade escolar na elaboração e implementação de projetos como o Projeto Político Pedagógico da escola, que estabelece metas, objetivos, que considera tanto os aspectos administrativos, quanto os pedagógicos, tanto os recursos humanos, quanto os físicos e financeiros. E, inserido neste contexto de desafios e modificações múltiplas, está o aluno, entendido como sujeito da aprendizagem. Aprendizagem que não está à margem deste processo e sofre também as influências desencadeadas por esta participação que muitas vezes não corresponde às reais expectativas e necessidades.

É evidente que a educação é um direito fundamental e para democratizar, atualizar e adequar às necessidades de cada realidade, a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional orientam a educação nacional e seus artigos representam muitos dos desafios e esperanças que movem o trabalho de tantos educadores numa nação de realidades tão diversas. E diante dessa diversidade, a gestão democrática e participativa tem sua garantia principalmente nos artigos 14 e 206 e estabelecem que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (BRASIL, 1996)

Apesar das dificuldades e dos desafios, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, procura envolver a comunidade escolar nas decisões de forma compartilhada através de reuniões com o Conselho escolar, palestras e informativos, destaca sua articulação e busca apreender os processos de produção e reprodução das relações sociais. Reconhece que ela não pode ficar fora da realidade da comunidade e que uma gestão democrática e participativa exige parceria entre todos da comunidade escolar e local.

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”,

é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 2000, p. 78).

Uma gestão democrática de acordo com esses parâmetros envolve então o discernimento, boa vontade, participação, visão de futuro e principalmente o envolvimento, práticas que garantem a autonomia dos membros e que fazem o processo realmente democrático. Uma gestão realmente democrática é representada por esse movimento dinâmico e não é tão simples, mas precisa ser construída no dia a dia, atrelada às relações inter e intra-pessoais. Isso requer um profissional capacitado e instrumentalizado para colher, trabalhar e mediar às relações que se estabelecem no âmbito da escola e da comunidade.

Sabe-se que toda escola encontra problemas de naturezas diversas e a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos – Nova Serrana/MG, não representa uma exceção. Um dos maiores desafios que esta e outras instituições brasileiras enfrentam nos dias atuais é a permanência dos alunos na escola e manter a qualidade da mesma, nesta realidade tão complexa e dominada pelas novas tecnologias. Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Faz-se necessário então, abrir os portões da escola para a efetiva participação da comunidade nas suas decisões, na implementação de projetos e principalmente na elaboração e reformulação do PPP – Projeto Político Pedagógico no sentido de enfrentar os desafios, sanar as dificuldades e encontrar novas formas de implementá-los. Mas não basta abrir esses portões se o aluno não encontra ali o suporte adequado para que permaneça e se desenvolva como cidadão dentro de um processo social, afetivo, cultural e político, além do cognitivo. É preciso criar na escola um ambiente acolhedor onde os pais, alunos e educadores tenham o direito de dizer o que pensam e o que esperam da educação.

Segundo Frigotto (1999), “a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, valores, atitudes e mesmo por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticulam outros”. E é nessa

contradição que se encontra a possibilidade de mudança, afinal, pensar a função da escola, implica, necessariamente, repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõe. Em outras palavras, para uma educação de qualidade, é preciso buscar juntos orientações para a vida escolar dos estudantes, fazer com que os pais, educadores e alunos enfrentem juntos os desafios, tenham responsabilidade, cuidado e comprometimento com a escola e isso requer uma gestão democrática e participativa.

2.1 O pensar e o fazer no âmbito da gestão democrática

A educação é a mediação necessária entre o pensar e o fazer bem, sendo a escola, a ambiente mais propício para essa tarefa que exige um trabalho sistemático e bem planejado. Todavia, é preciso entender que a escola é um espaço de contradições e que nela pode desenvolver uma prática de autoritarismo ou de democracia e que as concepções que a orientam podem estar explícitas ou não de acordo com a sua administração. Ou seja, o gestor pode, ou não, gerir a democracia compartilhada.

O ideal é que se desenvolva uma prática colegiada onde todos demonstrem seus pensamentos, ações e desejos e é nesse contexto que a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos desenvolve suas ações. O gestor é comprometido com o processo democrático, incorpora no cotidiano da escola as decisões da comunidade, fazendo com que o trabalho coletivo torne-se uma realidade. Assim, a educação parte da democracia, valoriza o pensar e o fazer dos seus agentes de transformação.

No âmbito de uma gestão democrática, as pessoas que estão diretamente envolvidas podem representar e decidir sobre questões financeiras, administrativas e pedagógicas e essa parceria se dá com participação coletiva, onde o gestor atribui responsabilidades entre todos e acredita que a escola deve educar o ser humano para viver em sociedade, portanto, em um ambiente democrático.

Assim entende-se que a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o

fazer, entre a teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p. 18)

Corrobora-se então, que uma escola cuja gestão é descentralizada é capaz de promover experiências enriquecedoras pela realização de trabalhos em grupo, pela socialização dos pensamentos e das ações que representam as conquistas e os desafios do seu dia a dia. E se a comunidade fica à frente nas tomadas de decisão, que significa “ato ou efeito de tomar, de decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem, capacidade de decidir”, conforme Ferreira (1988), a consequência é sempre o fortalecimento da democracia, a formação de parcerias enfim, a melhoria da instituição.

Paradigmaticamente Kazmier (1975) afirma que “a habilidade em tomar decisões é a chave para o planejamento bem sucedido em todos os níveis da gestão. Isto envolve mais que uma simples seleção de planos de ação e assume pelo menos três fases: diagnóstico; descoberta de alternativas e análise”. É necessário então, que o gestor coloque os interesses da comunidade em primeiro plano, que preocupe com a formação do cidadão, que busque um significado para a elaboração e implementação do PPP - Projeto Político Pedagógico. E acima de tudo, que elimine as incertezas para processos que verdadeiramente se efetivam através de reflexões, vivências e principalmente na atribuição de responsabilidades e no reconhecimento de competências.

Um líder democrático como o da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, procura formar um elo entre todos da comunidade escolar com objetivo de planejar, orientar e coordenar o seu grupo e procura desenvolver situações agradáveis para que cada um desenvolva bem o seu trabalho. Torna-se responsável pelo sucesso, pela dedicação, pela visão e pelos valores das pessoas levando-as a atingir metas concretas e coletivas para que as decisões sejam acertadas.

O líder participativo também constrói um espírito de confiança, é justo em suas ações e motiva o grupo para o desenvolvimento de competências. Esta motivação estimula as pessoas e fortalece o grupo, promove o crescimento e leva os sujeitos a executar suas tarefas com zelo e dedicação. Em um grupo coeso e motivado, torna-se mais fácil atingir os objetivos e resolver os conflitos e para isso é preciso uma liderança eficaz “atenada” com as questões do cotidiano de sua escola.

Chiavenato (2002) ressalta que cabe ao gestor “conhecer as necessidades humanas para melhor compreender o comportamento humano e utilizar a motivação humana como poderoso meio para melhorar a qualidade de vida dentro das organizações.” O autor também ressalta também que “os líderes são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações”. Liderança então é a dedicação, a visão, os valores e a integridade que inspiram os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem metas coletivas. A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los nas suas ações comuns, coordenando-as.

Muitas escolas ainda se encontram carentes de um modelo democrático de gestão e não conseguem a participação de representantes dos seus segmentos, são instituições que encontram dificuldades nas suas decisões, carentes, não conseguem abrir espaço para o diálogo, o debate e a reflexão, ou seja, deixam de exercer a sua autonomia. Já a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos busca incessantemente a colaboração da comunidade nas decisões, nos caminhos e nos rumos para o seu crescimento e engrandecimento, pela educação e aprendizado de seus alunos.

Deste modo, não se pode esquecer que os maiores responsáveis pelo fortalecimento desta comunidade, são as pessoas que ali vivem. São elas que, juntamente com a escola, conscientizam-se e adotam estratégias de melhoria e de oportunidades, planejam e buscam soluções para os problemas que eventualmente surgem. E este fortalecimento só encontra sentido quando a equipe escolar, juntamente com a gestão entende que a escola precisa transformar a educação e que essa transformação se dá com parcerias.

Com o progresso em vários setores, a educação não pode ficar atrás. O gestor deve ser o líder que busca juntamente com pais, professores e estudantes as melhores formas para atingir os objetivos, que luta pela qualidade da/na educação, papel ainda mais presente a partir da eleição de diretores, onde a comunidade coloca o gestor como um líder político. Neste sentido:

O diretor consegue perceber melhor, agora, sua situação fato novo que não pode ser menosprezado. À sua condição de responsável último pela escola e de preposto do Estado no que tange ao cumprimento da lei e da ordem

na instituição escolar, soma-se agora seu novo papel de líder da escola, legitimado democraticamente pelo voto de seus comandados, que exige dele maior apego aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, em contraposição ao poder do Estado. Isto serviu para introduzir mudanças na conduta dos diretores eleitos, que passaram a ver com as solicitações de professores, funcionários, estudantes e pais (PARO, 2000, p. 69).

De acordo com as informações supracitadas, quando todos os segmentos estão entrelaçados participando dos rumos que compõem o processo educativo, garantindo o direito à educação com respeito ao desenvolvimento humano, ao conhecimento, à permanência adequada dos alunos na escola, à diversidade social, à acessibilidade, tem-se então, uma verdadeira gestão democrática. Mas se o gestor apenas ampliar o diálogo dentro da escola, pode correr o risco de transformá-la em uma organização formal, onde não se vê acontecer avanço democrático.

O papel do gestor é levar o grupo a assumir a responsabilidade e o compromisso com o desenvolvimento de sua comunidade e da sociedade em geral, afinal, se a educação é um direito público, participar das decisões na escola torna-se um dever. É imprescindível neste contexto, a organização e o funcionamento dos conselhos escolares, que ajudam nas decisões sobre as questões pedagógicas, financeiras, estatutos, etc. Cada um com sua representatividade e suas responsabilidades na busca pela melhoria da qualidade na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivendo num mundo globalizado e de grandes possibilidades, grandes transformações e a educação também passa por esse processo. Nas escolas, não há mais lugar para a gestão autoritária, a comunidade espera compartilhar os seus pensamentos e fazeres e também participar dos processos de elaboração de projetos e das tomadas de decisão de forma democrática, com responsabilidade social e compromisso com a escola de qualidade. Portanto, a escola hoje não pode ser apenas um local onde se transmite o conhecimento, ela deve formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, comprometidos com a formação e com a transformação da sociedade.

Diante do exposto neste trabalho, observa-se que o conceito de administração ganha uma nova perspectiva, a gestão. Seu trabalho primordial é desenvolver o espírito de coletividade, de interação entre todos os membros da comunidade escolar: pais, professores, alunos e demais membros da escola e sua função é promover a participação de todos de forma que exerçam, democraticamente, seus direitos e deveres. Pode-se afirmar que:

Na vida cotidiana de todas as pessoas e sociedades perpassam desafios, sonhos e esperanças, mas dentre eles um é, por excelência, prioritário para toda a humanidade e, especialmente, para nós brasileiros: a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e sustentável para todos. (VIANNA, 2009)

O autor completa que essa conquista não é fácil, nem igual às outras conquistas, também não é tranqüila para todas as pessoas, que não há como viver democracia se não se conseguir a construção coletiva e organizada do viver solidário, do amor. Completa também que ela deve ser sustentada pelo compromisso, pelo respeito, pela dignidade do ser humano, pela luta e pela transformação social. Assim, segundo o pesquisador, não se pode falar “democracia” sem viver “democracia”, bem como não se pode viver democracia sem o compartilhamento de deveres, direitos, sonhos e compromissos.

Ratifica-se aqui, que os profissionais da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos pensam e fazem a escola pública não “para” as classes populares, mas “com” as classes populares. Ratifica-se também que esta escola contribui significativamente para a democratização social em Nova Serrana/MG, porque vive uma gestão

democrática e participativa e isso inclui a forma como é feita a escolha dos gestores, a participação dos Conselhos Escolares e da Comunidade Escolar, questões fundamentais na busca do cumprimento dos direitos e deveres.

Em suma, é deste diálogo entre o pensar e o fazer, que emerge os saberes necessários a uma nova concepção de escola pública, de uma gestão democrática e participativa que nada mais é que a valorização do aluno na escola, do cidadão na sociedade. Uma forma de se concretizar as ações o “pensar” e o “fazer”. É o respeito à instituição e à comunidade, ao educador, ao educando, ao processo ensino-aprendizagem, à família e à sua individualidade. Uma forma de trabalhar pelo coletivo e principalmente para o social.

Certamente, esta discussão sobre os desafios da Gestão Democrática e Participativa marca diferentes espaços/tempos do cotidiano da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos e partindo dessa premissa, outros movimentos e processos de gestão democrática serão construídos. É notória a necessidade e o desejo de implementação desse Projeto Político Pedagógico, espera-se, então, que este abra caminho para outros projetos de igual relevância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988
- _____. **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, 2000, p. 11 – 12 e 2001, p. 1.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis>
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Função social da educação e da escola**. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/2010
- _____. **Gestão Escolar Democrática**. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/2010
- _____. **Gestão Financeira. Descentralização: Planejamento, Aplicação e acompanhamento de Recursos**. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/2010
- ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Caminhos possíveis na construção da Gestão Democrática da Escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/11/10.
- _____. **Conselho Escolar: estratégias de gestão democrática**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., 1988, p. 1. 144.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto alegre: Artmed, 1994.

- KAZMIER, Leonard. J. **Princípios de Gerência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- LIBÂNEO. J.C. (org.). **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. SP. Loyola, 2001.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. *ABC Educativo*, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.
- LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.
- NAVARRO, Inez Pinto. **O diretor, o Conselho Escolar e a Gestão democrática na escola**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares. Vol. 5p. 49-51. 2004.
- OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **Gestão Financeira Descentralizada: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/11/10.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Caminhos Possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola**. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/2010
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 1997.
- VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Gestão democrática e participativa na universidade: um desafio de cidadania**. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/Vianna>. Acesso 12/12/2010.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Construção da Cidadania

**ANDRÉA APARECIDA RESENDE FERREIRA
ILMA VITOR MARTINS CABRAL
LILIMAR GONTIJO DA SILVA
MARIA LETÍCIA PEREIRA**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Construção da Cidadania

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos.

Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

“A um homem nada se pode ensinar. Tudo que devemos fazer é ajudá-lo a encontrar as coisas que procura dentro de si próprio”.

GALILEU GALILEI

Construir o Projeto Político Pedagógico é projetar o sonho da comunidade escolar, mas para que esse sonho se torne realidade, fazem-se necessário a elaboração de editais, assembléias, pesquisas de campo com alunos, pais e profissionais da educação. Partindo dessa premissa e da avaliação sobre a realidade da escola e da necessidade de enfrentar os desafios da modernidade, de constantes mudanças e grandes avanços, foi realizado com todos os segmentos da escola, o PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos. Documento esse, que mostra a sua identidade e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos, na qual se compartilham crenças, desejos, valores e concepções. É um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento preveem a participação de toda a comunidade escolar.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

Após a promulgação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9394/96)- que regulamenta a Constituição Federal, no âmbito da gestão democrática, inicia-se oficialmente nas escolas a prática concreta de construção do PPP – Projeto Político Pedagógico. Com o objetivo de buscar a qualidade do ensino na escola pública essa construção acontece também na Escola Municipal Alice

Cândida dos Santos. Esta unidade pertence à rede Municipal de Ensino, está situada à Rua Geraldo Pinto do Amaral, s/nº, Bairro Romeu Duarte na cidade de Nova Serrana – MG, CEP: 35519-000 telefone (37) 3221428, E-mail: emalicecandida@hotmail.com, localizada na zona Urbana com CNPJ: 01.925.707/0001-71, pertence à 12ª Superintendência Regional de Divinópolis.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos foi inaugurada no ano de mil novecentos e noventa e quatro. Surgiu da necessidade de atender o Bairro Romeu Duarte e adjacências, devido ao progresso e crescimento demográfico da cidade. O prédio encontra-se em bom estado de conservação, com boa ventilação e iluminação. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, tendo os projetos PAV – Projeto Acelerar para Vencer e EJA – Educação de Jovens e Adultos em nível de alfabetização.

A Gestão da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos possui como característica uma gestão democrática e participativa que busca uma visão ideal de sociedade e formação humana para o pleno exercício da cidadania. O processo de escolha do gestor é feito através de indicação pelo Prefeito Municipal juntamente com a secretária de educação observando critérios pré-estabelecidos pela SME – Secretaria Municipal de Educação. A gestão tem como parceria o conselho escolar que é composto por membros de vários segmentos da comunidade local, escolar e pelo grêmio estudantil; garantindo assim uma adequada aplicação dos recursos destinados à escola. Esse possibilita um planejamento e estabelecimento de prioridades para a escola e toda comunidade escolar.

O Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil têm ampla autonomia nas decisões quanto ao acompanhamento, avaliação e à aplicação dos recursos e dos repasses feito pelos sistemas Federais, Estaduais e Municipais. Esse processo deve ser fruto de discussões e deliberações feitas por parte dos diferentes membros da comunidade escolar. Conforme Oliveira (2010), “A construção do projeto político pedagógico da escola traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

Considerando essa afirmativa, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos desenvolve formas democráticas de organização, gestão e funcionamento. Dá atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos

e à melhoria das relações de trabalho em seu interior e para ajudar no desenvolvimento do trabalho. Conta com uma equipe formada por oitenta e cinco funcionários. A escola possui um quadro de novecentos e oitenta e um alunos até o presente momento, divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A rede física é dividida em dois blocos e é composta por uma sala para a diretoria; uma secretaria bem instalada e de fácil acesso; uma biblioteca com acervo bibliográfico adequado que atende aos alunos e professores da escola e a clientela do bairro; um laboratório de informática equipada com dezoito computadores modernos e acesso a internet e atendimento oferecido em contra-turno; uma sala para os professores com dois banheiros, sendo um masculino e um feminino; uma sala para o psicopedagogo contendo materiais pedagógicos para que seu atendimento seja adequado; uma sala para a equipe pedagógica; treze salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros; uma cantina bem estruturada; um refeitório com duas mesas grandes de ardósia para que os alunos tenham um bom momento de refeição.

A escola trabalha em parceria com a comunidade e é usada também em contra-turno para oficinas de crochê, bordado, futsal, dança vôlei, atletismo, capoeira e outras modalidades. Conta ainda com uma sala para recuperação de aprendizagem; almoxarifado; quatro banheiros separados por sexo, com boas condições de funcionamento, adaptados para os sujeitos portadores de necessidades especiais e escovódromo. Possui uma quadra esportiva, sem cobertura, que atende à comunidade durante toda a semana, mas não possui ainda um laboratório de ciências e a sala de multimeios.

A escola atende um número considerável de pais analfabetos, que vivem na condição de extrema pobreza e acentuam com isso os problemas de ordem social, econômica e cultural. A equipe da SME (Secretária Municipal de Educação) trabalha conjuntamente com a escola oferecendo apoio técnico e pedagógico. Conta também com o CRAEI (Centro de Referência e Apoio a Educação Inclusiva) que atende as escolas municipais com especialistas como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogas, assistente social, psicopedagogas e pedagogas.

A escola está situada na Cidade de Nova Serrana – Capital Nacional do Calçado Esportivo. Razão pela qual há uma constante imigração de pessoas oriundas de

vários estados do Brasil. A imigração se dá pela grande oferta de empregos oferecida pelas indústrias calçadistas a essas famílias, onde retiram seu sustento. Em contrapartida, o desenvolvimento gera na cidade um grande índice de criminalidade devido à violência, alcoolismo, prostituição, drogas e assaltos.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que contribua para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, através da reflexão, construção e disseminação do conhecimento e leitura de mundo. Um processo contínuo de aprendizado que envolve professores, alunos, funcionários e toda a comunidade escolar.

Em pleno século XXI é emergente a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletiva, que ofereça subsídios para vencer as barreiras e entraves que viabilizem a construção de uma escola pública de qualidade, que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania. O fortalecimento de uma educação nessa perspectiva exige ações no campo individual, mas, essencialmente, de ações coletivas.

A elaboração desse Projeto Político Pedagógico representa esse fortalecimento, uma vez que possibilita o desenvolvimento da consciência das famílias, alunos e profissionais envolvidos, através da reflexão sobre os diferentes temas que o compõe e sobre a importância histórica dessa prática para a elaboração de diferentes propostas de mudança. Uma escola que representa o instrumento real de transformação social.

Mas sabe-se que a escola sozinha não consegue enfrentar a tarefa de formar o cidadão, uma vez que essa formação vai além de seus muros. Ela é forjada no dia-a-dia da relação entre os sujeitos no interior da escola, na relação da escola com a família e com toda comunidade escolar, a exemplo da elaboração desse projeto, que tem apresentado contribuições relevantes nesse processo. Daí, a necessidade de sua implementação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. Quem ensina, aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

PAULO FREIRE.

Explicitar a finalidade da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, significa estabelecer a razão de ser e o sentido social dessa instituição. Para tanto, é necessário que os professores compreendam a sua especificidade, que tem como centro as crianças e adolescentes que devem ser vistos como sujeitos de direitos e cuidados e à educação em complementação à ação da família e da comunidade.

A Escola busca desenvolver nos alunos dentro de suas diversidades culturais capacidades cognitivas, afetivas, estruturais, físicas e de responsabilidades individuais no âmbito social, preparando os mesmos para o pleno exercício da democracia com visão de cidadania que busca seus direitos e deveres. Para cumprir essa finalidade, é necessário definir o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, respeitando a integralidade desse processo, nas suas várias dimensões.

Na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) deve-se levar em conta que as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional são consideradas instituições educativas de caráter coletivo, cujo papel social é cuidar, educar, orientar, ensinar e possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos. É um compromisso com a cidadania.

Dentro dos desafios que se apresentam à vida moderna, a educação se constitui no mais complexo compromisso com que se depara a família. A tarefa de educar é primordialmente a tarefa de selecionar, organizar e cristalizar valores no educando. Todos querem filhos honestos, de caráter ameno e de natureza tolerante. Todos buscam educar seus filhos para o bem comum, a autonomia e a independência em todos os sentidos. (ABDALLA, 2000, p.11)

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, zela pela permanência do aluno, almejando sempre pelo seu lado cultural, político, social, profissional e humano. Visa formar alunos conscientes, críticos para a construção de uma sociedade melhor e mais justa. A evasão é uma preocupação constante, por isso a escola procura informar aos familiares sobre a ausência dos alunos pelo período de três dias consecutivos através de documentação formalizada. Se o problema persistir é acionado o Conselho Tutelar da cidade para que ajude a trazer o aluno novamente para o convívio escolar.

Quanto ao desempenho dos alunos, são feitas reuniões bimestralmente com as famílias juntamente com toda a equipe pedagógica sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com isso busca-se o incentivo e a participação na vida escolar de seus filhos, gerando um bom entrosamento entre escola/família/comunidade.

[...] Todos os membros da comunidade escolar são capazes de perceber e refletir sobre as conexões e a sua realidade local e as questões sociais mais amplas, sobre as suas expectativas e dominantes no conjunto da sociedade, sobre os conflitos de interesse produzidos por uma sociedade marcada por tantas desigualdades como a nossa.[...] (MASAGÃO, 2005, p. 247).

A instituição busca preservar os valores sociais, éticos e morais que foram se perdendo com a sociedade moderna e com o progresso; retendo, discutindo, cristalizando valores que a própria família já não tem condições de identificar. A escola se ocupa, também, em desenvolver conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Para tanto, deve ser um espaço de formação e informação em que a aprendizagem favoreça a inserção do aluno, no dia-a-dia das questões sociais marcantes, em um universo cultural maior, para que desenvolva também enquanto cidadão.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura geral do sistema educacional decorre da aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que se vincula às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como às respectivas Emendas Constitucionais em vigor. A escola dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As administrativas asseguram a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. As pedagógicas referem-se às interações políticas, às questões de ensino/aprendizagem e às de currículo.

A concepção de um projeto deve apresentar características tais como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p. 11),

A autora aponta a necessidade de uma educação voltada para a cidadania, uma educação realmente democrática e que prima pela qualidade. O papel do professor é realizar as mediações necessárias para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo. Acredita-se, que ao trabalhar com a pedagogia de projetos o aluno aprende no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, novas descobertas, compreensão e reconstrução do conhecimento. Portanto, o Entre os projetos que mais se destacam na Escola Municipal Alice Cândida Santos, estão os projetos Jovens Construindo a Cidadania; Construindo Valores; Dança e Festival da Língua Portuguesa.

Na esfera social, a escola intervém junto às famílias carentes ofertando consultas oftalmológicas e também ajudando na aquisição de óculos para os deficientes visuais e consultas neurológicas para os alunos que apresentam déficit na aprendizagem. No ano de dois mil e nove, recebeu o prêmio por participar da III Conferência Infante – Juvenil pelo Meio Ambiente na cidade de Brasília com o Projeto de Preservação do Meio Ambiente das Adjacências do Bairro Romeu Duarte.

Para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem é oferecido em contra - turno aulas de reforço de Português e Matemática, com os professores de recuperação; e

também aulas no laboratório de informática, através do Projeto Incluir; com um programa específico para alfabetização. E para buscar melhor aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, a escola promove cursos de capacitação para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e do ensino aprendizagem. A partir daí (re) elabora o PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) buscando sanar as defasagens da aprendizagem e identifica e avalia as práticas pedagógicas dos docentes.

Semanalmente, a equipe Pedagógica se reúne com todos os profissionais regentes (Módulo II) para discutir e avaliar os PCNs(Parâmetros Curriculares Nacionais), CBC (Conteúdo Básico Comum), Currículo, Regimento Interno, PPP(Projeto Político Pedagógico, PP(Proposta Pedagógica), os cadernos do CEALE(Centro de Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita da UFMG) e Guia do Professor Alfabetizador . O objetivo é planejar suas atividades pedagógicas e executar de acordo com as exigências curriculares estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Analisar e compreender essa estrutura significa indagar sobre suas características administrativas e pedagógicas. Avaliar significa questionar os pressupostos que embasam a sua estrutura e que viabiliza a formação de cidadãos aptos a criar ou modificar a realidade social.

Dessa forma, a estrutura da Escola Municipal Alice cândida dos Santos, se organiza. Na direção geral encontra-se a gestora e dois vices, que estabelecem medidas administrativas, técnicas e de serviços gerais necessários para organização e funcionamento. Conta com três pedagogos divididos em três turnos responsáveis pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Acompanham e ajudam promover a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, religiosa, social e política. Trabalham em consenso numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica, ajuda aos professores nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, no currículo, avaliação e recuperação dos alunos.

Na secretaria/tesouraria, a escola conta com uma secretária e cinco auxiliares de educação que realizam todo o serviço de escrituração financeira, documentação escolar, organização da vida funcional do corpo docente, discente e

técnico/administrativo, bem como arquivo e expedição de correspondência comercial. Na equipe técnico/administrativa, são três auxiliares de biblioteca, quinze auxiliares de serviços gerais, dois porteiros, um vigia, dois monitores responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio.

Para compor o corpo docente, a escola conta com três professores para o uso da biblioteca, dois professores de Educação Infantil, quinze professores regentes de turma do 1º ao 5º ano, dois professores recuperadores, dois professores eventuais em substituição aos professores regentes, dois professores para o laboratório de informática e vinte e um professores do 6º ao 9º ano. Esses profissionais têm como função orientar, promover o processo ensino/aprendizagem, planejar e avaliar buscando sempre a efetivação da aprendizagem. Atuam como profissionais e cidadãos que interferem na realidade econômica, cultural, política e social.

A equipe administrativa assegura a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Os recursos humanos são geridos pela SME – Secretária Municipal de Educação, os recursos físicos e financeiros são recursos destinados pelo PDDE - Plano de Desenvolvimento da Educação Básica e do PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola e são geridos pelos membros do Caixa Escolar e do Colegiado através de reuniões com representantes de todos os segmentos da escola, visando sempre às melhores condições de aprendizagem e de qualidade na educação da escola.

[...] a construção coletiva do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola colocada em ação pelo empenho e pela capacidade e habilidade do coletivo da escola determinarão certamente a configuração de um PDE rico e dinâmico, verdadeiro instrumento propulsor de mudanças e de gestão escolar democrática. (BRASIL, SEE-MG, 1997,p.5)

Com a liberação dos recursos do PDE(Plano de Desenvolvimento da Escola) no início do ano de dois mil e dez, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos realiza reformas e ampliações na secretaria e no laboratório de informática para atender melhor a demanda da comunidade escolar e a oferta do governo Federal de dezoito novos computadores. No período, acontece também a ampliação do acervo pedagógico, bibliográfico e dos mobiliários.

A arquitetura do prédio não se encontra mais danificada, com vazamentos, goteiras e pintura desgastada como antes e falta de rampas para acolher sujeitos com necessidades especiais. Após uma avaliação juntamente com o Conselho Escolar, tornou-se viável a reforma do prédio, tornando a instituição mais confortável, atraente e dentro dos padrões de acessibilidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento escolar é constituído a partir do reconhecimento das questões que são do interesse social e da sua reflexão, tendo como referência a organização da própria escola. Uma organização que possibilita a participação e a construção pelo aluno e pela comunidade, com objetivos cooperativamente definidos, construídos e avaliados pelo grupo. Uma organização que prioriza a formação para a cidadania.

3. CURRÍCULO

O currículo deve ser entendido como prática pedagógica e ganha sua concretude no fazer pedagógico, isto significa que ele precisa ter como pressuposto os princípios estabelecidos no PPP (Projeto Político Pedagógico) construído coletivamente. Essa compreensão do currículo como processo e não como um documento prescrito e encerrado, desafia os educadores no sentido da busca dialógica entre o conhecimento sistematizado e a realidade socioeconômica e cultural na qual a instituição escolar está inserida. Ele deve ser voltado para a realidade dos alunos tendo como característica principal a construção histórico-social. Por isso, não pode ser visto como um produto final, mas sempre em transformação.

O Currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionados aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o Currículo, evidentemente, é algo que se constrói, seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura. (LOPES, 2000, p.19).

As legislações que fazem referência ao Plano Curricular da Escola Municipal Alice Cândida, são as seguintes: Lei 12.767/98, sobre os Direitos Humanos, integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum; Lei 9795/99, Educação Ambiental, integrada aos componentes Curriculares Geografia e Ciências; Lei 13.411/99, sobre uso de Drogas, dependência química que permeiam o conteúdo de Ciências; Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08, História e Cultura Afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros que permeiam todos os conteúdos em especial, Arte, História e Língua Portuguesa; Lei 12491/97, Orientação Sexual trabalhada no conteúdo de Ciências; Lei 11525/07 e Res. SEE nº 137/09 com os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

O Plano Curricular desta instituição está organizado no nível de Ensino da Educação Infantil, turno diurno, de cinco anos de idade, tendo como eixo de trabalho a Formação Pessoal e Social, Conhecimentos de Mundo, Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática, perfazendo um total de vinte aulas semanais e oitocentas horas anuais. São destinados quinze minutos ao dia para o recreio resultando em

cinquenta horas/ano com um total geral de oitocentas e cinquenta horas anuais. A duração do módulo/aula é de sessenta minutos, com duzentos dias letivos, quarenta semanas anuais, cinco dias semanais e a duração do turno é de quatro horas e quinze minutos.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental de nove anos do turno diurno e noturno está definido nos anos iniciais do Ciclo de Alfabetização, complementar e anos Finais na Base Nacional Comum. São oferecidas cinco aulas de Língua Portuguesa para o primeiro ano e do sexto ao nono. Do segundo ao quinto ano são seis aulas. O Componente Curricular de Matemática apresenta com cinco aulas do primeiro, quarto até ao nono ano e o segundo e terceiro anos são seis aulas.

A área de Ciências se apresenta com duas aulas no primeiro ano, três aulas do segundo ao quinto e oitavo e nono anos, quatro aulas para o sexto e sétimo anos. Nos conteúdos de Geografia e História nos anos iniciais é de duas aulas e nos anos finais são três aulas. A área de Educação Religiosa se apresenta com uma aula nos anos iniciais e finais; o conteúdo de Artes se apresenta com uma aula nos anos iniciais e somente uma no oitavo e nono anos; o conteúdo de Educação Física se apresenta com duas aulas da Educação Infantil ao nono ano.

O Currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SANCRISTAN, 1998, p.17).

Na Parte diversificada do currículo, o conteúdo de Língua Estrangeira Moderna, o Inglês, se apresenta com uma aula no quarto e quinto anos e duas aulas do sexto ao nono ano. A música e psicomotricidade se apresentam com duas aulas só no primeiro ano. O conteúdo de Natureza e Sociedade se apresenta com uma aula semanal, só no primeiro ano. A carga horária é de vinte cinco aulas semanais, oitocentas horas/aulas anuais do primeiro ao quinto ano e oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono, perfazendo um total de duzentos dias letivos, sendo quarenta semanas com cinco dias.

A Escola atende ao Projeto Acelerar para Vencer com uma grade Curricular de duzentos dias letivos, quarenta semanas, cinquenta minutos de módulo/aula, vinte e quatro aulas semanais com oitocentas horas anuais. Dentro das áreas de Conhecimento, temos os componentes curriculares de Língua Portuguesa com sete aulas no primeiro e segundo períodos. O conteúdo de Matemática apresenta sete aulas no primeiro período e seis no segundo. O conteúdo de Ciências apresenta três aulas no primeiro período e duas aulas no segundo período. O conteúdo de Geografia e História apresenta duas aulas no primeiro e segundo períodos. Os conteúdos de Educação Física, Artes e Ensino Religioso se apresentam com uma aula semanal no primeiro e segundo períodos. O conteúdo de Língua Estrangeira – inglês apresenta duas aulas no segundo período.

Apesar do currículo não ser elaborado dentro da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, ele é visto como um importante instrumento em constante transformação sendo eficaz dentro das políticas pedagógicas da escola cabendo a todos os membros da Comunidade Escolar analisar, avaliar e modificar de forma que ele seja adaptado à realidade da instituição. É um documento flexível, sujeito às mudanças e reflete a concepção de educação. (Anexo A)

Construir o currículo não é tarefa fácil e certamente requer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. É necessário que o docente se disponha, se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados, para que o currículo não seja lançado de cima para baixo nas escolas, determinado pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote [...], conforme afirma Moreira (2010).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Tempo escolar representa o tempo que o aluno passa numa instituição. Esse tempo deve ser organizado para evitar o desperdício e ser usado de forma construtiva para diminuir a fadiga e a ansiedade. O bom uso do tempo deve ser de primordial importância, porque não são as horas trabalhadas que irão fazer a diferença, mas sim a clareza dos objetivos propostos, por isso a escola deve elaborar com frequência atividades extracurriculares.

Tanto o tempo quanto os espaços da escola refletem as crenças, desejos, anseios e as metas do grupo e ambos fazem parte da ordem escolar. Assim, a escola precisa delimitar ou controlar em anos, ciclos, séries, horários, relógios, sinais, pátios, trabalhos em grupo ou individual, etc. Deve ser entendido como um instrumento importante no ensino aprendizagem.

A organização social do tempo é um elemento que reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentro do meio de organização do tempo social destaca – se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p.1015).

A divisão do tempo escolar na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos é feita com toda a equipe da SME (Secretaria Municipal de Educação) gestores da rede municipal e estadual, equipe pedagógica, representantes de pais e alunos para a elaboração do calendário escolar anual. Ele é composto de duzentos dias letivos, com oitocentas horas/aula da Educação Infantil ao quinto ano e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono ano, onde é previsto início e término do ano letivo com trinta dias de férias escolares, feriados, recessos, festa junina, momento cívico, dia escolar para treinamento e planejamento pedagógico.

O tempo escolar é, portanto, concomitantemente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizativo. Podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educacional já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um

processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente (FRAGO, 1995).

A construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Alice Cândida dos Santos, leva em conta o conhecimento da comunidade escolar em ciclos e anos e é marcado por períodos fixos. Ao final de cada ciclo e de acordo com o Regimento Escolar há retenção no terceiro, quinto e nono anos, depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação paralela, final e progressão parcial. As turmas são agrupadas obedecendo a critérios como idade, nível de escolaridade e de aprendizagem, procurando formar grupos heterogêneos para valorizar a diversidade cultural.

O calendário dessa instituição está organizado com cento e dez dias no primeiro semestre, noventa dias letivos no segundo semestre, quatro dias escolares perfazendo um total de duzentos e quatro dias compondo o ano escolar. (Anexo B) A duração do módulo/aula do primeiro ao quinto ano é de quarenta e oito minutos com um recreio de dez minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e dez minutos. O módulo/aula do sexto ao nono ano é de cinqüenta minutos com recreio de dez minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e vinte e cinco minutos e as aulas de Educação Infantil têm a duração de quatro horas e quinze minutos com um recreio de quinze minutos.

A equipe pedagógica se reúne semanalmente para estudar e planejar atividades da semana e trocas de experiências. Estudar os cadernos do CEALE (Centro de Alfabetização Leitura e Escrita), Guia do alfabetizador, CBC (Currículo Básico Comum) e outros. Enfim, espaço e tempo são duas dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no âmbito dessa instituição.

Nessa perspectiva, o espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, representam uma construção social que expressa as relações que neles se desenvolvem, exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

É de fundamental importância que se articule no interior da escola, o envolvimento de todos os participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas para que o PPP(Projeto Político Pedagógico) e o PDE(Plano Desenvolvimento da Escola) torne a gestão democrática, verdadeiramente efetiva. Essa participação somente ocorre se houver uma integração da escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é à busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

O autor lembra que para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, as escolas têm que romper com a atual forma de organização burocrática que regula o trabalho pedagógico, pela conformidade às regras fixadas, pela obediência às leis e diretrizes emanadas do poder central e pela união entre os que pensam e executam e ao controle hierárquico que enfatizam o tempo, a ordem e a disciplina.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, tem procurado ao longo de seus dezesseis anos, envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos, priorizando a todos os projetos que tem iniciativa na escola, na SME – Secretaria Municipal de Educação, no governo Municipal, Estadual e Federal.

Todos os envolvidos da comunidade escolar participam das assembleias, reuniões, palestras, entrega de resultados bimestrais tornando assim a gestão participativa e democrática.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo

irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

Na construção do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, documento que também exige participação e envolvimento da comunidade, a equipe gestora passou por momentos de ansiedade até que o MEC ofereceu um curso de capacitação na cidade de Cláudio – Minas Gerais, para sanar as dúvidas e compreender o processo de sua elaboração e conclusão. Após a formação, houve melhor compreensão e apropriação do conhecimento em relação ao mesmo. A equipe se encontrava semanalmente com documentação formalizada para a elaboração e análise dos critérios de eficácia escolar. Analisou o perfil e funcionamento da escola através de uma avaliação estratégica.

O PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos inicia-se com entrevistas aos alunos, pais, corpo docente, administrativo e pedagógico. De posse de todas as informações, a equipe e os demais membros da comunidade escolar se encontram também semanalmente para discutir, organizar e avaliar os processos e etapas de elaboração do documento, buscando sempre consenso nas tomadas de decisão. Na elaboração deste documento, percebe-se que o Conselho Escolar tem um forte poder de decisão em relação às questões cotidianas e também em relação à estrutura política e financeira, participando das reuniões mensais para deliberação e aprovação de prestação de contas relativas ao PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola e PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola.

O Conselho é formado por representantes de todas as esferas: administrativa, pedagógica e financeira, por pais, professores e alunos e, é responsável pelas decisões e pela garantia de uma prática pedagógica eficiente. Esta instituição conta também com o grêmio Estudantil; iniciativa que cresce com o projeto JCC – Jovens Construindo a Cidadania _ composto por alunos do sexto ao nono ano e tem estimulado a participação nos processos de decisão da escola. Eles se reúnem semanalmente para discutir e elaborar suas ações que sempre estão voltadas para o desenvolvimento afetivo/social da escola. As decisões tomadas no interior da escola,

por sua vez, são socializadas com os demais envolvidos no processo educativo. Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores, pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”.

O Conselho de Classe é composto pela gestora que é um cargo de confiança indicado pelo Prefeito Municipal, equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para intervir no processo ensino/aprendizagem buscando possíveis soluções para sanar as deficiências.

O Caixa Escolar, que também caracteriza os processos de decisão da escola, é composto por membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro) de vários segmentos desta instituição e da comunidade escolar. Tem como função avaliar, deliberar, fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola _ e tem como membros um presidente representado pela gestora, um vice - presidente, três conselheiros deliberativos, três conselheiros fiscais, e uma secretária.

Ao final de cada semestre é feita uma avaliação da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos com todos os funcionários presentes com documentação formalizada. O Conselho de Avaliação de Desempenho Profissional tem a finalidade de avaliar os funcionários e é composto por membros efetivos e suplentes que já tenham passado do estágio probatório com ata lavrada. Tem como membros: o gestor, o vice–diretor, um representante da equipe pedagógica por turno, um secretário, dois representantes de professores por turno, um funcionário por setor. Enfim, nas tomadas de decisões da escola é preciso a participação consciente com um pleno exercício democrático, onde os espaços são conquistados dia após dia, como uma luta constante, um processo inacabado, como desejo a ser realizado.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva um ensino/aprendizagem de qualidade. Afinal a comunidade escolar participa constantemente de grupos sociais diferenciados e precisa manter uma interação social compartilhada. Cada indivíduo é uma personalidade que influi no comportamento e atitudes uns dos outros e mantém contatos. É exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

Na escola democrática, o trabalho dos profissionais da educação deve ser coletivo e de qualidade. Não há espaço mais para o individualismo, mas para o trabalho integrado e isso implica mudanças radicais que passam pela formação do professor, pela concepção do trabalho pedagógico e transforma substantivamente, a rotina da escola. De acordo com Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola.

Impossível falar em qualidade de ensino sem falar da formação do professor e neste sentido, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possui em seu quadro oitenta por cento de seus funcionários com graduação, e cinquenta por cento de pós-graduação, os demais estão em processo de formação.

O bom relacionamento e a motivação no trabalho são também muito importantes. Às vezes se depara com o cansaço, o desânimo e motivar é sempre fundamental para a

construção de novas formas de relações, com espaços abertos à reflexão e ao diálogo entre os diversos segmentos da escola para que juntos possam alcançar a meta desejada. Traçando esse objetivo, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos promove cursos de capacitação para os profissionais da educação e o objetivo é elevar a auto-estima e melhorar as relações para que estas se pautem na solidariedade, reciprocidade, respeito e participação coletiva.

Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos nessas relações são definidos de forma democrática e coletiva na escola em estudo. Afinal, uma relação de trabalho não pode ser solitária, precisa de uma pequena dose de competitividade, na qual o diálogo e a cooperação são importantes para o desenvolvimento do trabalho. O papel do gestor nesse caso é fazer com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia de forma democrática e colegiada.

Sabe-se da necessidade de aprimorar cada vez mais a interação família/escola através de projetos que envolvem a comunidade a participar da vida da criança na escola. Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano com palestras cujos temas são direcionados às relações familiares e na ocasião também esclarece quanto ao nível de aprendizagem e relacionamento dos seus filhos. As famílias participam também dos eventos tradicionais como a festa junina, festa da família e outras.

Para resolver os conflitos entre funcionários, a gestora reúne com sua equipe e funcionário em particular onde é exposta a situação, buscando juntos, as possíveis soluções. E se for necessário uma segunda conversa, ela é registrada em ata. Se ainda assim o problema persistir, o funcionário assina uma advertência e é encaminhado para a SME – Secretaria Municipal de Educação _ para que o problema seja solucionado. Conforme Vasconcelos, apud Freire (2005 p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Quando acontecem conflitos entre alunos/alunos e professores/alunos a gestora reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais são comunicados e, juntamente com a gestora, tentam solucionar o problema registrando o fato no livro de ocorrências e se ainda assim o problema persistir, é informado aos pais sobre a suspensão do aluno por dois dias consecutivos, com documentação formalizada e dentro das normas previstas no Regimento Escolar. Mas somente em casos de extrema necessidade.

A escola hoje não representa um espaço educacional isolado. Enquanto instituição precisa buscar parcerias visando à integração escola e comunidade e os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos.

7. AVALIAÇÃO

“Mudar a avaliação significa, provavelmente, mudar a escola”

PHILIPPE PERRENOUD

A definição do termo “avaliação” presente na Lei nº 9394/96 LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é demasiadamente ampla. No contexto contemporâneo da educação brasileira, a avaliação realiza-se em diferentes instâncias do sistema educacional e apresenta várias modalidades e dimensões variadas que lhe confere múltiplos significados e imprime caráter complexo e contraditório ao termo:

Entre as várias modalidades que compõem o conjunto de práticas avaliativas no campo da “avaliação” destacam-se a “avaliação sistêmica” realizada no âmbito dos sistemas de ensino, a “avaliação do desempenho profissional e institucional”, destinada às instituições e aos profissionais da educação, e a “avaliação escolar ou pedagógica” que pode ser analisada de acordo com o debate contemporâneo sobre esse tema, com base em duas perspectivas teóricas divergentes, a saber: a “avaliação classificatória” e “avaliação formativa”. É para essa última modalidade de avaliação que converge a atenção de grande parte dos educadores e pesquisadores em educação, por caracteriza-se como uma das ações centrais do processo ensino aprendizagem. (BRASIL, s.d. p. 380)

A avaliação interna é a avaliação realizada na sala de aula, pelo professor, buscando informações sobre cada aluno e sobre a turma de um modo geral, tendo à disposição vários instrumentos de avaliação como a observação, teste ou prova, a participação dos alunos nas atividades individuais e coletivas, o que permite a intervenção pedagógica imediata e a aprendizagem no tempo real. Ao final das etapas do ano letivo deve atribuir aos alunos uma nota ou conceito que é uma somatória de cada um dos instrumentos usados.

Quando se fala em avaliação, a primeira impressão que dá é de uma sala cheia de alunos fazendo provas. Porém, essa não é uma prática apenas escolar. A avaliação é um processo que faz parte da vida. Quando o sujeito recebe um elogio ou uma crítica é porque é avaliado em alguma coisa. Podem-se avaliar várias coisas em uma pessoa, como o comportamento, a maneira como se organiza, seu jeito de falar

e de agir, onde são criados (pré) conceitos sobre esta pessoa, causados pelas impressões que a mesma transmite.

Na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, a avaliação se faz presente e necessária, como forma de “medir” o aprendizado do aluno de forma individual e coletiva através de provas, exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, testes, entre outros. A avaliação da aprendizagem é feita de forma participativa, contínua, diagnóstica, formativa, somativa e de forma democrática.

O gestor da escola deve assegurar o cumprimento, pelos educadores, da Resolução SEE/MG nº. 521/2004, que orienta o processo de avaliação: na exigência do aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas oferecidas no ano letivo; garantia da Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo da Alfabetização; Novas Oportunidades de Aprendizagem, tais como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias. (BRASIL, s.d. p. 41)

A avaliação externa utiliza instrumentos elaborados fora da escola e tem como objetivo identificar as desigualdades educacionais, fornecer subsídios para reformas e políticas educacionais e promover a melhoria do ensino e as políticas de equidade. São informações sobre o sistema como um todo e enquanto a escola lida com índices representados por notas, o resultado da avaliação externa apresenta a proficiência de desempenho, segundo as capacidades dos alunos avaliados.

Existem hoje, os seguintes sistemas de avaliação externa: SAEB - Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica; ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica (amostral); ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ou Prova Brasil (censitária); SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública; PROEB Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica; PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização; PAAE - Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar; PNLD - Programa Nacional do Livro Didático e IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Vale salientar que em 2007 o IDEB da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos era 3,5 e no ano de 2009, avançou para 4,9. Esse indicador aponta o desempenho dos alunos, de todos os profissionais envolvidos nessa gestão e também da comunidade. Aponta também o envolvimento e acompanhamento da qualidade do ensino que se efetiva no conselho escolar: espaço que tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos; fornecendo dados para o direcionamento dos professores, pedagogos e equipe gestora. O objetivo é que na próxima avaliação os indicadores sejam ainda melhores.

É preciso garantir o espaço e o tempo necessários para que os profissionais possam realizar reuniões periódicas de avaliação, planejamento e acompanhamento do processo educativo, que são realizadas nos encontros semanais de módulo II. A cada semestre, a equipe gestora, pedagógica e membros da comissão de avaliação se reúnem com todos os profissionais da escola para realizarem a avaliação de desempenho individual, onde são definidos os direitos, deveres, limites e normas estabelecidos no plano de carreira de cada setor da educação.

A auto-avaliação é um processo que exige uma tomada de consciência. À medida que as escolas iniciarem suas auto-avaliações haverá maior facilidade em obter subsídios das avaliações externas, de tal forma que o processo avaliativo cumpra a sua função: mudar o que precisa ser mudado e melhorar o que precisa ser melhorado (LOCATELLI, 2001, p. 1)

A escola realiza a avaliação a cada semestre através de reuniões com toda a equipe escolar buscando a qualidade na sua estrutura administrativa e pedagógica. Assim, identificam-se os pontos que precisam melhorar e as propostas de mudança, tudo com documento comprobatório em ata assinada pelos presentes. A avaliação se apresenta desta forma como o retrato da escola, demonstra a educação que ali se aplica, desvela a concepção de escola, de homem, de mundo e de sociedade.

A classificação e reclassificação são feitas quando necessário obedecendo ao que consta no Regimento Escolar e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos artigos vinte e três e vinte e quatro. São feitas mediante a execução de planejamentos e avaliações definidas pelos professores e especialistas, as notas de

aproveitamento são registradas em livro próprio e anexadas junto à pasta do aluno as avaliações e o embasamento legal.

A avaliação e reelaboração do PPP _ Projeto Político Pedagógico _ se faz necessário a cada ano, através de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar, de modo especial, dos pais e alunos. São discutidos os objetivos, as ações, metas e estratégias adequadas à realidade da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não há coisa melhor que o sonho que cria o futuro”

VICTOR HUGO

Sabe-se que o PPP _ Projeto Político Pedagógico _de uma escola representa uma construção. Faz parte do conhecimento e da aprendizagem de todos os seus segmentos e da comunidade em que está inserida. Ele direciona o caminho para a qualidade da educação transformando os seres em cidadãos capazes de exercer plenamente a cidadania. Durante todo processo de construção, vive-se intensa movimentação da escola, permeada por momentos de trocas, ansiedade, medo, alegrias, dificuldades que impulsionam os avanços e as conquistas. Mas...

Vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautadas no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2010)

O PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, de modo especial, é fruto de pesquisas, estudos, diálogos, reuniões, debates, questionamentos e considerações de vários autores e embasamentos legais para a construção da sua identidade.

Este trabalho ratifica que esta instituição representa o espaço de diálogo, aberto onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles. Este é o resultado de um esforço coletivo, contínuo, solidário e paciente onde os pais, educadores e outros envolvidos no processo, primam pela qualidade, buscam preparar as crianças para serem bem sucedidas, proporcionando-lhes não apenas competência técnica, mas também a formação para a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Carlos. **Projeto Político Pedagógico**, Colégio Roberto Carneiro. Divinópolis, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL, **Como Elaborar o PLANO DE DESENVOLVIMENTO da Escola**. MEC – FNDE, Diretoria de Assistência a Programas Especiais do Fundo de Fortalecimento da Escola, 2010.

_____. **Plano de desenvolvimento da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**. 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

_____. **Plano de intervenção pedagógica da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**, Nova Serrana, 2010.

_____. **Regimento escolar da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**. Nova Serrana, 2010.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetro Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEE, 1997.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015 – 1035, out. 2007

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Conselho Escolar**: estratégia de gestão democrática. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

_____. **O Financiamento da Educação Básica**: Limites e Possibilidades. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão Democrática na Escola Pública**: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos. In: Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao, **História de la educación y história cultural**: possibilidade, problemas, cuestiones. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 0, p. 63 – 82, set.dez., 1995.

LOCATELLI, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, p. 1, 2001

LOPES, 2000, p. 19, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, 2000, p.92

MASAGÃO, Vera; KALOUSTIAN, Sílvia. **Indicadores da qualidade na educação/** Coordenação geral [de] Vera Masagão; Sílvia Kaloustian. – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

MOREIRA, A.F. B. **O Campo do Currículo no Brasil**: os anos noventa. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/06/10

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **Gestão Financeira Descentralizada**: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

SACRISTÂN, J.Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Quatro ed. Porto alegre: Artmed, 1998.

VASCONCELOS, Mara et al, **Projeto Politico Pedagógico Na Educação Infantil – UAB – UFMG – FAE/UFMG**.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2001. Referência da citação que foi acrescentada!

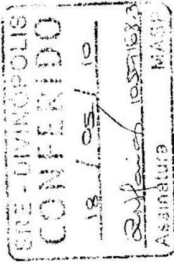
XAVIER, Antônio C. R. e SOBRINHO J.A. **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília, MEC, 2000.

ANEXO A: PLANO CURRICULAR

PLANO CURRICULAR

Projeto de Aceleração de Aprendizagem – Acelerar para Vencer.
Ensino Fundamental – Anos finais – Aceleração II

Ano: 2010 - Turno: Noturno



Escola Municipal: Alice Cândida dos Santos
Endereço: R. Geraldo Pinto Amaral, s/n. Bairro: Romeu Duarte
Município: Nova Serrana

	1º Período 6º e 7º Anos			2º Período 8º e 9º Anos			Carga horária total
	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA	
Língua Portuguesa	7	280	233:20	7	280	233:20	466:40
Língua Estrangeira - Inglês	-	-	-	2	80	66:40	66:40
Matemática	7	280	233:20	6	240	200:00	433:20
Ciências	3	120	100:00	2	80	66:40	166:40
História	2	80	66:40	2	80	66:40	133:20
Geografia	2	80	66:40	2	80	66:40	133:20
Educação Física	1	40	33:20	1	40	33:20	66:40
Artes	1	40	33:20	1	40	33:20	66:40
Ensino Religioso	1	40	33:20	1	40	33:20	66:40
Total	24	960	800	24	960	800	1600

Indicadores Fixos:

- Semanas letivas: 40
- Dias Letivos: 200
- Módulo aula: 50 minutos

Observações:

- Lei 12.767/98 – Os estudos sobre os Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum;
- Lei 9.795/99 – Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências;
- Lei 13.411/99 – Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química permearão ao conteúdo de Ciências;
- Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa;
- Lei 12.491/97 – Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências;
- Lei 11.525/07 e Res. SEE nº 137/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Lilimar Gontijo da Silva
Assinatura do Diretor

Lilimar Gontijo da Silva
Diretora

[Assinatura]
Assinatura do Inspetor

PLANO CURRICULAR
ESCOLA MUNICIPAL: ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS
 MUNICÍPIO: NOVA SERRANA - ANO: 2010
 ENDEREÇO: R. GERALDO PINTO AMARAL, 574, BAIRRO RONEU DUARTE
 NÍVEL DE ENSINO: ACELERAÇÃO DE ESTUDOS DE 1ª à 4ª SÉRIE - TURNO: NOTURNO

Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO	
	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
Base Nacional Comum B								
Língua Portuguesa	80	80	80	80	80	80	80	80
Matemática	80	80	80	80	80	80	80	80
História	60	60	60	60	60	60	60	60
Geografia	60	60	60	60	60	60	60	60
Ciências	60	60	60	60	60	60	60	60
Educação Física	40	40	40	40	40	40	40	40
Artes	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Religiosa	20	20	20	20	20	20	20	20
Carga Horária Total	400	400	400	400	400	400	400	400

Observação: Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências. Lei nº 9795/99
 Os estudos sobre Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum - Lei nº 12767/98
 Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química permearão os conteúdos de Ciências Lei nº 13411/99
 Lei nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-brasileira e indígena permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.
 Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências - Lei nº 12491/97
 Lei nº 11.525/07 e Res. SET 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Indicadores fixos:

Módulo Aula: 60' (sessenta minutos) /
 Duração da Carta: 04 (quatro) Semestres /
 Carga Horária do Semestre: 400 (quatrocentos) Horas /
 Carga Horária Semestral de Referência: 25 (vinte e cinco) Horas /
 15 (quinze) Minutos Por Dia
 Dias Letivos por Semestre: 100 (cem) /
 Semanas Letivas por Semestre: 20 (vinte) /
 Dias Letivos Semanais: 05 (cinco) /

Liliana Gonçalves da Silva
 Coordenadora do Ensino
Liliane Gonçalo da Silva
 Diretora
 Autorização Nº 005077

Legenda:
 AS - Aulas Semanais
 CHA - Carga Horária Anual

Assinatura do Inspector

ANEXO B: CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO ESCOLAR SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA SERRANA - MG																				
Educação Infantil e Ensino Fundamental																				
2010																				
JANEIRO							FEVEREIRO (15)							MARÇO (23)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2		1	2	3	4	5	6		1	2	3	4	5	6
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31			
31																				
ABRIL (19)							MAIO (21)							JUNHO (20)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3						1				1	2	3	4	5
4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
							30	31												
JULHO (12)							AGOSTO (22)							SETEMBRO (20)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25
25	26	27	28	29	30	31	29	30	31					26	27	28	29	30		
OUTUBRO (16)							NOVEMBRO (19)							DEZEMBRO (13)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2		1	2	3	4	5	6				1	2	3	4
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31	
31																				
Início e Término - Ano Escolar							Dia Nacional da Consciência Negra							Dias Letivos - 1º Semestre 110						
Início - Ano Letivo							Festa Junina - Festa do Mercado							Dias Letivos - 2º Semestre 90						
Término - Ano Letivo							Momento Cívico							Dias escolares 4						
Férias							Dia Escolar / Planejamento e Treinamento Pedagógico							Total de dias letivos 200						
Feriados							Obs.: Conselho de Classe							Ano Escolar 204						
Recesso							no final de cada bimestre							Dias Semanais 5						
Recuperação e Avaliações (Estudos orientados presenciais)							cumprir no módulo II.							Secretaria Municipal de Educação- Nova Serrana - MG Clarice Ferreira Maia Inspectora Escolar MaSP 264.952.3						

